

**ASSESSORIA JURÍDICA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2024**  
**CONCORRÊNCIA Nº 002/2024**  
**PARECER JURÍDICO**

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI 14.133/21 E POSTERIORES ALTERAÇÕES. ACERCA DA LEGALIDADE DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2024.

Emerge o presente parecer solicitado pela Comissão Permanente de Licitação do Município de Palmares/PE, acerca da legalidade do instrumento convocatório da Concorrência nº 002/2024, o qual detém como objeto a contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para reforma e ampliação da escola mun. Prof<sup>ª</sup>. Maria elizabete de oliveira calado, localizada no pátio da sulanca, centro, palmares/PE.

Destarte, emitimos o presente parecer, ressaltando sempre que o exame dos motivos determinantes do ato em análise cabe a Autoridade Superior, para quem devem os autos serem remetidos, com fins de verificar a oportunidade e conveniência.

Ressalte-se que os pareceres emitidos por essa Assessoria Jurídica são dotados de caráter opinativo, relatando a lei e suas especificações e nada outorgando os atos da Comissão Permanente de Licitação.

**RELATADOS OS FATOS. PASSO A OPINAR.**

Trata-se de exame jurídico a ser realizado no instrumento convocatório do presente processo licitatório, o qual detém como objeto a contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para reforma e ampliação da escola mun. Prof<sup>ª</sup>. Maria elizabete de oliveira calado, localizada no pátio da sulanca, centro, palmares/PE.

A presente abordagem restringe-se aos aspectos jurídicos dos processos licitatórios relativos à Concorrência, excluídas, portanto, as questões de natureza técnica diversa, que fogem à competência da Assessoria Jurídica, conforme bem destacado no Enunciado correspondente à Boa Prática Consultiva nº 07, extraído do Manual de Boas Práticas Consultivas publicado pela Advocacia-Geral da União. Em relação a tais questões técnicas, parte-se do pressuposto de que as autoridades competentes municiaram-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.



**Enunciado nº 07**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Há de se presumir, pois, que as especificações técnicas contidas em cada processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido determinadas pelo setor competente com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. Assim, sua atuação dar-se-á conforme os ditames procedimentais que são trazidos pela Lei 14.133/21.

A análise da fase prévia dos procedimentos de contratação por parte da Administração Pública é listada e está ínsita no art. 53 da Lei 14.133/2021, assim observe-se:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, **o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração**, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

- I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
- II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;
- III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de



contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Imprescindível mencionar que a presente manifestação não se vinculará aos aspectos técnicos inerentes à execução do objeto ora analisado e solicitado pelo Órgão Demandante, mas sim às características jurídicas a ele imanentes.

Desse modo, afere-se que o presente instrumento convocatório trata-se de uma licitação na modalidade Concorrência, regulamentada pela Lei Federal nº 14.133/2021.

É muito importante salientar que a Concorrência é a modalidade de licitação que visa a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, podendo possuir como critérios de julgamento: **menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico ou ainda maior desconto**. Tais conceitos se encontram previstos no art. 6º, XXXVIII da Lei 14.133/21, com previsão da modalidade no art. 28 inciso II do mencionado diploma legal.

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;”

O art. 29 da mencionada lei dispõe que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Aplicando-se a Concorrência aos serviços técnicos especializados, como dispões o Parágrafo Único do Art. 29 desta Lei.

O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

No caso em comento, o objeto a ser licitado se enquadra nas perfeitamente nas hipóteses de utilização da concorrência, em conformidade com o previsto no art. 6º XXXVIII da Lei 14.133/21. Por conseguinte, imperioso mencionar que o instrumento editalício e a minuta do contrato



estabelecem todos os critérios necessários e dispostos na NLLC, não havendo óbice ao prosseguimento do feito dentro dos termos legais.

*Isto posto*, pugna esta Assessoria Jurídica que após devida análise no instrumento convocatório do Processo Licitatório em comento, constatou-se a legalidade do referido instrumento, tendo sido observados os termos da Lei Federal nº 14.133/21.

É o Parecer, Salvo Melhor Juízo.

Palmares-PE, segunda-feira, 18 de julho de 2024.



**THOMAZ DIEGO DE MESQUITA MOURA**  
Advogado OAB|PE nº 37.827

**SÉRGIO RICARDO FERREIRA FILHO**  
Advogado OAB|PE nº 63.927



**TM**